

DESEMPENHO DO SETOR MINERAL - 2014

Resultados | Oportunidades | Perspectivas



O setor mineral baiano tem sido destaque dentre as atividades acompanhadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), evidenciado pelos investimentos em projetos, como ferro, diamante e vanádio, substâncias que ingressaram no portfólio da mineração baiana, em 2014. O Estado, no ano passado, foi líder na exploração de urânio, cromo, salgema, magnesita, talco e barita, com extração distribuída em 169 municípios e exportando para mais de 50 países.

Devemos lembrar que nossa principal província mineral é a região semiárida e que a descoberta e consolidação de empreendimentos nesta região, traz grandes benefícios ao estado, já que produzem riquezas, empregos e renda às comunidades locais, transferindo parte do valor arrecadado com a produção mineral ao município produtor.

A SDE, enquanto agente de fomento e articulação do mercado, disponibilizou a publicação Cadastro do Produtor Mineral da Bahia – 2014, constituindo-se como fonte de informações sobre as empresas, municípios produtores e bens minerais extraídos no estado, enquanto que a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) continuou com a série Arquivos Abertos, contemplando o níquel e o ouro.

Ademais, o Estado vem obtendo êxito na criação de condições atrativas para as mineradoras nacionais e estrangeiras, através de planejamento e investimentos em infraestrutura a exemplo do Porto Sul e Ferrovia de Integração Oeste-Leste, que estão sendo construídos para propiciar canais de escoamento da produção mineral nos próximos anos. Estas ações têm levado a um crescimento constante na comercialização de bens minerais aqui produzidos, tendo alcançado em 2014 a marca de R\$ 2,6 bilhões ou 2% do PIB estadual. A SDE também teve papel destacado nas discussões do Projeto de Lei do Novo Marco Regulatório da Mineração, as quais esperamos encerrar este ano e que propiciarão novos investimentos para os próximos anos.

Visando manter o destaque que o setor mineral alcançou nos últimos anos, temos a satisfação de dar continuidade à publicação “Desempenho da Mineração na Bahia”, contendo informações detalhadas sobre o que aconteceu no setor mineral durante o ano de 2014.

Salvador – BA, março de 2015

James da Silva Santos Correa
Secretário Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1. **PANORAMA MINERAL**
2. **CONJUNTURA ECONÔMICA E MINERAL - 2014**
 - a. **Panorama da Mineração no Estado da Bahia - 2014**
 - b. **Petróleo e Gás**
3. **OPORTUNIDADES- 2015**
 - a. **Rochas fosfatadas**
 - b. **Terras raras**
 - c. **Água mineral**
 - d. **Rochas ornamentais**
 - e. **Cerâmica vermelha e cerâmica branca**
4. **PERSPECTIVAS – 2015**

Expediente

Governador do Estado da Bahia
Rui Costa

Secretário de Desenvolvimento Econômico
James Silva Santos Correa

Superintendente de Indústria e Mineração:
Rafael Valverde de Miranda Souto

Diretora de Mineração:
Ana Cristina Franco Magalhães

Coordenação de Economia Mineral:
Wilton Pinto de Carvalho

Equipe Técnica:

Ana Cristina Franco Magalhães	André Bolinches de Carvalho	Cláudio Sérgio Oliveira de Rosato
Graça Maria Campos Almeida	Joseanie Mendonça	Márcia Martins Borja
Wilton Pinto de Carvalho		

Estagiário:

João Victor Bricidio Arariba

1. PANORAMA MINERAL

O ano de 2014 foi difícil para o setor mineral em todo o mundo, marcado pela queda no preço das principais commodities, com perspectivas ainda negativas para 2015. Na Bahia, a Produção Mineral Baiana Comercializada — PMBC sofreu os impactos da queda no preço das commodities mas, mesmo assim, apresentou leve crescimento (0,8%) em razão da entrada em produção da exploração do vanádio e aumento da capacidade das minas de cobre e de ouro.

Mesmo com o movimento descendente dos preços das commodities minerais, o Estado continua sendo o segundo maior alvo de prospecção mineral do país, registrando 2.094 Requerimentos de Autorização de Pesquisa no decorrer do último ano.

Quanto aos investimentos privados, foram assinados cinco Protocolos de Intenções entre empresas privadas e o Estado, que somados chegaram a R\$ 941 milhões, enquanto que recursos públicos foram investidos em infraestrutura, estudos geológicos e pesquisa mineral.

Como no ano anterior, esta publicação reúne as principais informações da mineração baiana e os aspectos da conjuntura econômica nacional e internacional, que de alguma forma, impactaram o setor mineral baiano.

Assim, este boletim compreende as informações da PMBC – Produção Mineral Baiana Comercializada, o comércio exterior de bens minerais, bem como estatísticas referentes aos direitos minerários relativos ao estado, agregando ainda os principais números do segmento de petróleo e gás.

Os dados da PMBC e direitos minerários foram levantados junto ao DNPM. Para a PMBC as informações têm origem na arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), através da qual se demonstra a performance dos principais bens minerais extraídos na Bahia e suas mineradoras.

Os valores de comércio exterior foram extraídos do sistema ALICE, da Secretaria de Comércio Exterior — Secex, do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior — MDIC, pelo qual é possível medir o fluxo do comércio internacional de bens minerais da Bahia.

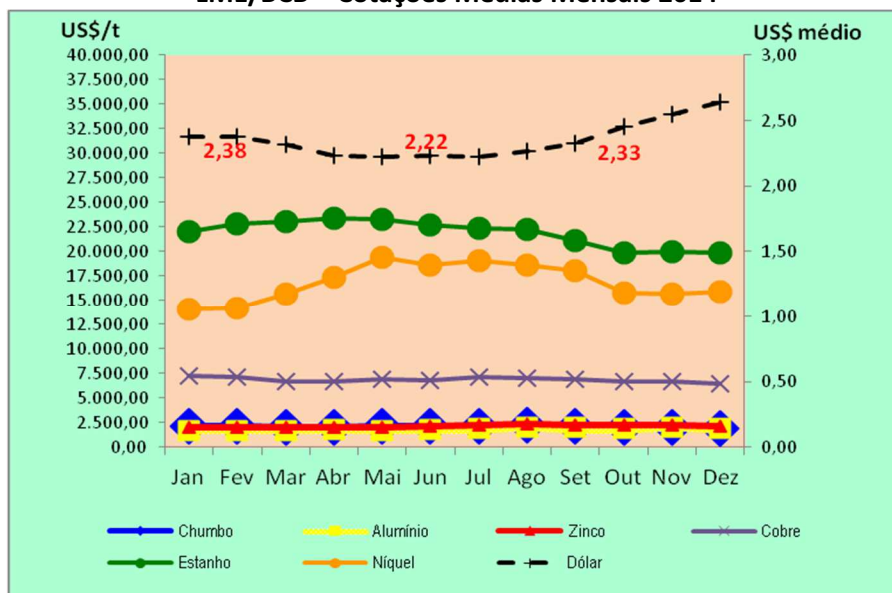
Foi ainda avaliada a evolução dos Direitos Minerários durante o ano, que vem a se constituir num indicador indireto da atividade do setor, demonstrando o interesse dos investidores em prospectar o subsolo baiano. Também estão neste boletim as principais informações do segmento de Petróleo e Gás baiano, coletadas junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA E MINERAL - 2014

O Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil (BACEN), referente ao ano de 2014, apresentou expectativa de crescimento de 0,2% para o PIB naquele ano. O BACEN estimou uma taxa de expansão de 0,6% até setembro de 2015, com uma previsão de 6,0% para a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado). Por seu turno, o FMI (Fundo Monetário Internacional), em relatório divulgado em outubro-2014, projetou para 2015 um crescimento mundial de 3,8% e de 5,0% para os países emergentes, muito acima da projeção de crescimento da economia brasileira estimada por aquela organização em 1,4%.

Por outro lado, os preços das commodities minerais apresentaram redução em 2014, registrando uma variação negativa de 3,69% em relação a 2013 e as cotações médias de 2014 referentes ao alumínio, níquel e zinco registraram crescimento de 1,08%, 12,29% e 13,17% respectivamente, enquanto o preço médio do cobre, chumbo e estanho decresceram 6,37%, 2,18% e 1,80% nessa ordem. Entre as commodities minerais produzidas na Bahia, o preço do cobre na LME (*London Metal Exchange*) apresentou queda de 10,83%, comparando-se as cotações de dez/14 e dez/13, o ferro decresceu de 52,74%, enquanto o níquel aumentou 14,40%.

Gráfico 01
LME/BCB – Cotações Médias Mensais 2014



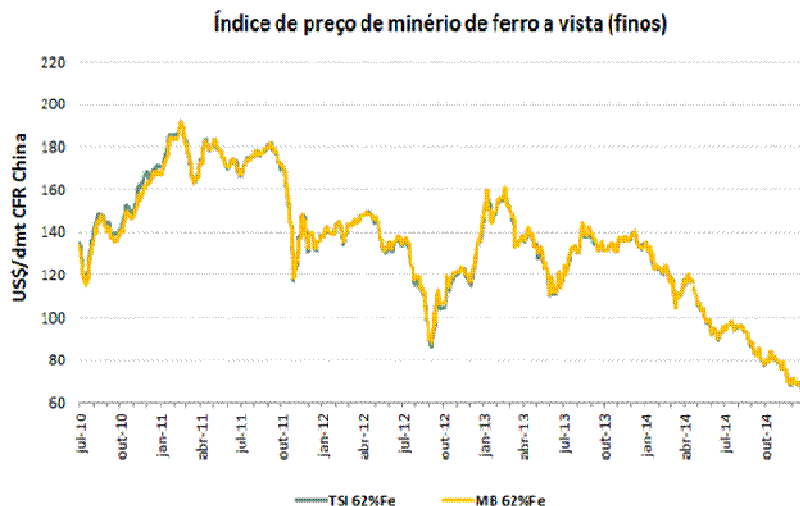
Fonte: BCB/LME

Elaboração: SICM

O preço do cobre registrou queda em razão da desaceleração da economia da China, maior consumidor desse metal no mundo. O níquel teve seu aumento creditado à proibição das exportações pela Indonésia, visando o fortalecimento da indústria de beneficiamento no país, reduzindo assim a oferta no mercado global, bem como elevando compras pelos consumidores como forma de garantir o seu suprimento.

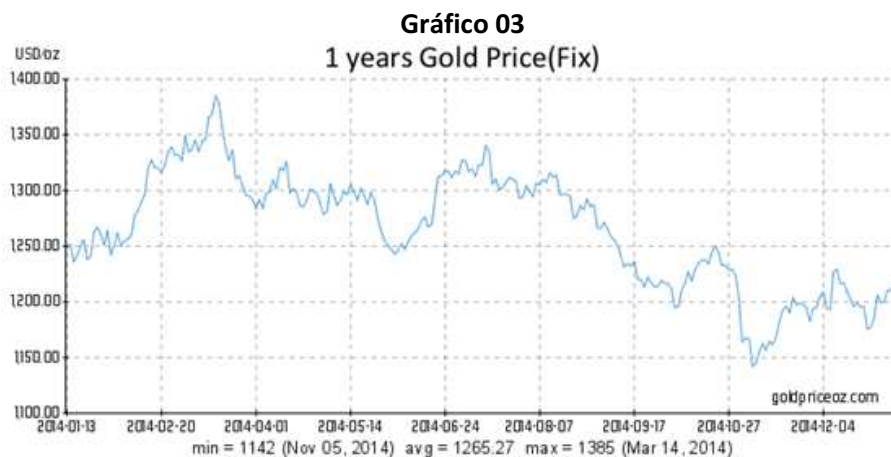
O preço do minério de ferro, principal bem mineral produzido no Brasil, apresentou queda contínua ao longo de 2014, começando o ano cotado a US\$ 135,00/t e despencando para US\$ 71,20 no final de dezembro, uma desvalorização recorde de 52,74% em doze meses.

Gráfico 02



Fonte: The Steel Index

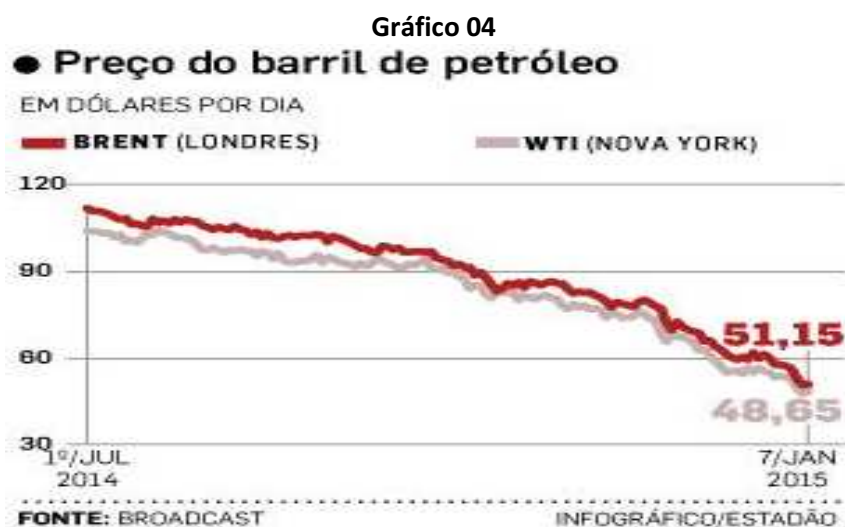
A cotação do ouro no mercado internacional apresentou variações acentuadas, registrando uma média de US\$ 1.265,27 por onça (oz.) em 2014. A cotação máxima atingiu o valor de US\$ 1.385,00/oz. em 14 de março e a mínima ficou em US\$ 1.142,00/oz em 05 de novembro.



Fonte: Goldpriceoz.com

Na área de petróleo e gás, o mercado sofreu profundas alterações ao longo do ano de 2014, por conta da maior volatilidade dos preços e da corrida pelo gás de xisto produzido pelos Estados Unidos. A volatilidade foi determinada num contexto de baixa elasticidade de oferta e demanda, bem como às questões que envolveram a geopolítica do petróleo e ainda à difusão pelos Estados Unidos da tecnologia para exploração de óleo e gás não convencionais. Assim, o ano de 2014 terminou com acentuadas baixas no preço do barril

de petróleo, que foi cotado em 30 de dezembro a US\$ 53,26 na Bolsa de Nova York. O lado positivo dessa queda de preços foi a recuperação de perdas que a Petrobras registrou nos últimos dois anos em razão da venda de combustíveis subsidiados no Brasil.



a. Panorama da Mineração no Estado da Bahia - 2014

Em 2014 o setor mineral baiano continuou sentindo os efeitos da queda dos preços das commodities minerais no mercado internacional, sendo diretamente impactadas a comercialização do ouro, níquel, cobre e o ferro. Mesmo com a volatilidade dos mercados, a Bahia persistiu como alvo de interesse das mineradoras, que assinaram com o estado cinco novos Protocolos de Intenções para a exploração de ferro, gipsita, areia e argilas, que juntos têm investimentos estimados em R\$ 941 milhões, prevendo-se 650 empregos diretos.

Na esfera estadual, foram investidos pela SDE e CBPM mais de R\$ 22 milhões em infraestrutura, treinamento, exposições, estudos e mapeamentos geológicos, buscando oferecer melhores condições e apoio aos mineradores. No âmbito do governo federal teve continuidade as obras da Ferrovia Oeste - Leste e os estudos para a construção do Porto Sul, especializado no embarque de minérios.

Destacaram-se neste ano as outorgas das Portarias de Lavra, pelo DNPM, para exploração de ferro em Caetité pela Bamim – Bahia Mineração, ouro em Santaluz, pela Yamana Gold e a entrada em produção do vanádio, com a empresa canadense Largo Resources. As operações da Largo iniciaram em março de 2014, atingindo em dezembro média diária de produção da ordem de 11 a 18 toneladas de pentóxido de vanádio, volume que representa entre 45% e 65% da capacidade total da mineradora instalada em Maracás, no Sudoeste baiano. Foi ainda anunciada pela Largo Resources a descoberta e o início da pesquisa de detalhe de ocorrências de cromita e metais do grupo da platina em depósitos de suas áreas tituladas em Maracás.

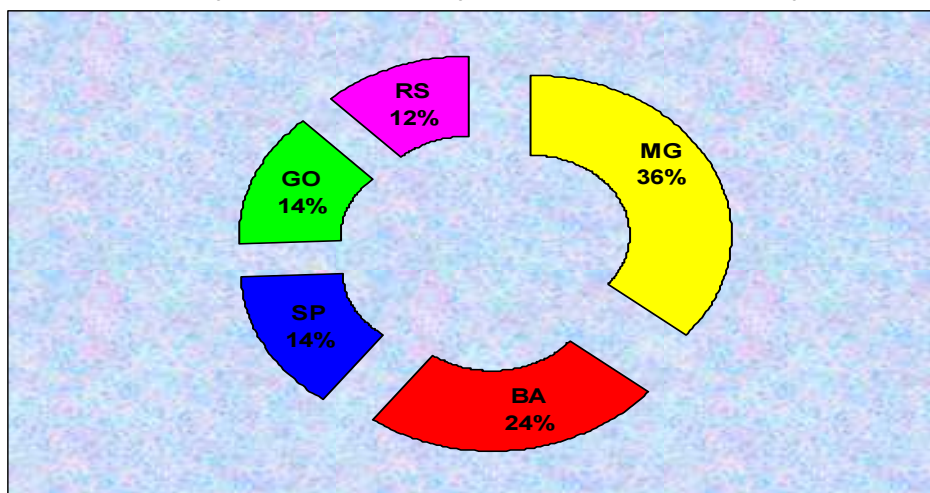
Por sua vez, a empresa Lipari Mineração obteve licença ambiental para instalação do Projeto Braúna no município de Nordestina, destinada à extração de diamantes contidos em rochas kimberlíticas, sendo o primeiro empreendimento desse gênero na América Latina. A abertura da mina deverá ser iniciada no primeiro semestre de 2015.

A Magnesita Refratários, em Brumado, anunciou o aumento, a partir de 2015, da capacidade de sua mina de talco para 60 mil t/ano, com investimentos de R\$ 20 milhões. Com isso a empresa espera dobrar sua capacidade de produção nos próximos anos.

Pesquisa e Prospecção

Em 2014 a Bahia ocupou a 2ª posição nacional com 2.094 processos protocolizados, ficando atrás de Minas Gerais (3.059) e à frente de São Paulo (1.224). No estado foram 469 requerentes, para 51 substâncias, especialmente ferro (21%), granito (16%), areia (13%) e fosfato (8%) em 270 municípios, com destaque para Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Curaçá, Camamu e Medeiros Neto.

Gráfico 05
Brasil 2014 – Requerimentos de Pesquisa Protocolizados - Principais Estados



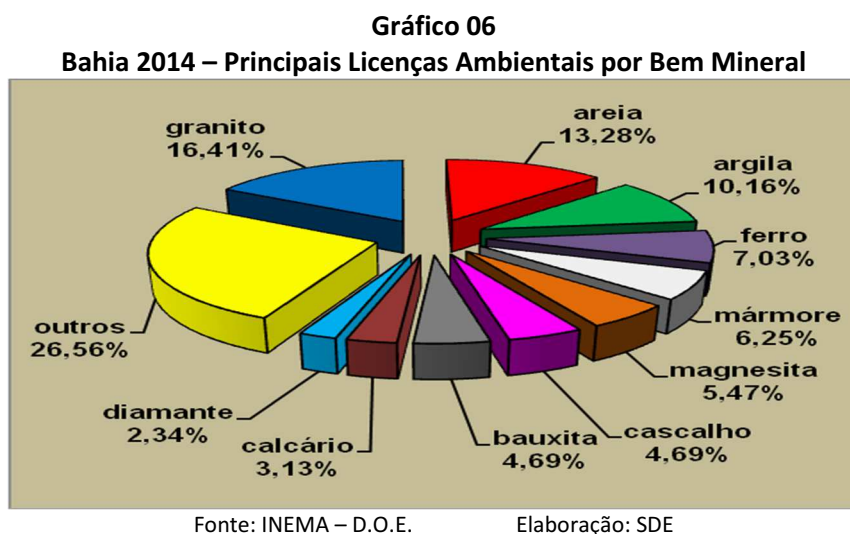
Fonte: DNPM

Elaboração: SDE

No estágio seguinte dos processos protocolizados no DNPM, isto é, a publicação de Alvarás de Pesquisa, a Bahia esteve na 1ª posição no ranking nacional com 2.097 Alvarás publicados, que autorizou pesquisa a 703 empresas, abrangendo 341 municípios e 56 substâncias, destacando-se granito, areia, ferro e argila. Foram emitidas 179 Guias de Utilização, que beneficiaram 136 empresas em 99 municípios e contemplaram 22 substâncias, em especial areias, granitos e mármore. Apesar de não ter havido encaminhamento do novo Marco Regulatório da Mineração em 2014, foram publicadas 13 Portarias de Lavra para extração de

vanádio, níquel, areia, ouro, água mineral, granito, granulito, gnaiss e quartzo, beneficiando 11 empresas nos municípios de Maracás, Itagibá, Dias d'Ávila, Santaluz, Alagoinhas, Feira de Santana, Rafael Jambeiro e Caetitê. E, adicionalmente, foram outorgados 85 Licenciamentos, publicadas 4 Permissões de Lavra Garimpeira e 9 Registros de Extração.

Aos trabalhos de pesquisa, prospecção e exploração mineral estão atrelados títulos ambientais concedidos pelo INEMA, sendo publicadas 126 Licenças Ambientais diversas, licenciando 81 empresas em 70 municípios para exploração de 36 substâncias minerais. Vale lembrar que, muitas outras licenças foram outorgadas por prefeituras, as quais são credenciados pelo INEMA a realizar licenciamento ambiental.



Pela CBPM foram realizados estudos, tendo como objetivo a ampliação do conhecimento geológico e a descoberta de novas jazidas no território baiano, visando atrair e acelerar a geração de empreendimentos de mineração, capazes de proporcionar bem estar social e econômico para o estado da Bahia, alavancando o desenvolvimento socioeconômico do semiárido baiano. Foram realizados em 2014 mais de cinco mil metros de sondagem rotativa diamantada, resultando na descoberta de mineralizações de cobre, níquel e cobalto, prospecto denominado Caboclo dos Mangueiros (Pilão Arcado - Campo Alegre de Lourdes) e pesquisas de detalhe de ferro da região de Paratinga e metais-base na Bacia do Rio Pardo.

Com os estudos realizados está consolidado o prospecto denominado Ferro de Paratinga, com recursos entre 150 e 400 milhões de toneladas, com teor médio de 44% de ferro, assim como o prospecto Caboclo dos Mangueiros, com recursos de cobre e níquel mínimos estimados em 67 milhões de toneladas a 0,13% de cobre e 0,20% de níquel, com perspectivas de alcançar até 490 milhões de toneladas.

Os Levantamentos Aerogeofísicos chegaram a 942 mil quilômetros de linhas de vôo e aproximadamente 412 mil km² recobertos, ou 100% do seu território coberto pelos métodos magnético e gama espectrométrico,

conferindo ao estado o diferencial comparativo na atratividade de investimentos em pesquisa mineral. A CBPM elaborou a publicação especial “Proposta do Geoparque de Morro do Chapéu”, bem como deu continuidade à edição da série de publicações Arquivos Abertos, contemplando o “Níquel de Itagibá” e “Ouro de Santa Luz”.

Produção Mineral Baiana Comercializada

Em 2014 a PMBC totalizou R\$ 2,6 bilhões, com um discreto crescimento de 0,81% em relação a 2013. A comercialização de níquel e ferro apresentou declínio significativo, acompanhando as oscilações ocorridas no mercado internacional ao longo do ano. O minério de cobre e o ouro apesar da queda no valor de comercialização, em razão das cotações do mercado mundial, tiveram crescimento em volume, já que seus produtores ampliaram suas capacidades instaladas em 2014. Assim, mesmo com as quedas dos preços das commodities minerais, a PMBC manteve-se entre 2013 e 2014, atenuada pela comercialização de minerais que não são cotados em bolsa e aqueles cuja maior parcela de consumo está no mercado interno, a exemplo dos agregados para construção civil, rochas ornamentais e água mineral, além do talco e magnesita.

Tabela 1
Bahia - PMBC 2013 x 2014 (em R\$)

Substâncias	2013	2014	Varição
Cobre	628.383.287,92	602.841.513,89	(4,06)
Ouro	492.843.944,39	464.421.548,10	(5,77)
Níquel	488.741.865,41	345.683.233,17	(29,27)
Agregados	265.464.297,30	338.031.441,89	27,34
Cromita	163.831.738,35	237.530.116,61	44,98
Rochas Ornamentais	76.622.640,72	119.203.907,26	55,57
Talco	70.035.134,30	94.746.150,73	35,28
Ferro	67.847.180,75	31.882.851,21	(53,01)
Água Mineral	56.262.246,43	67.295.497,64	19,61
Magnesita	42.335.083,58	49.152.199,52	16,10
Outros	195.511.534,08	217.686.040,97	11,34

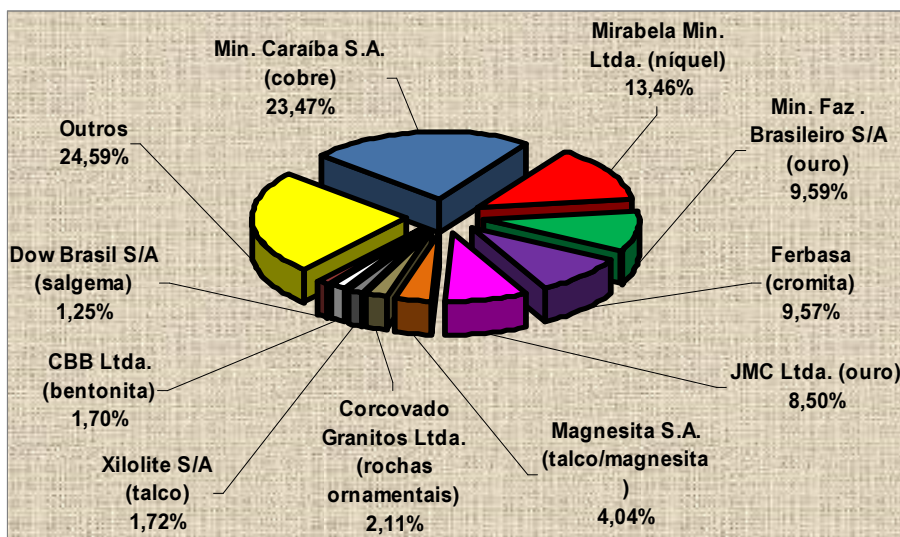
Fonte: DNPM - Dados preliminares sujeitos a retificação Elaboração: SDE

Ao longo de 2014 foram comercializados 28 bens minerais, extraídos em 169 municípios por 479 produtores. As 10 principais mineradoras do Estado foram responsáveis por 74,5% da PMBC, explorando nos municípios de Itagibá (níquel), Jaguarari (cobre), Jacobina (ouro), Andorinha (cromita), Curaçá (cobre), Barrocas (ouro), Brumado (talco/magnesita), Santaluz (cromo/ouro), Região Metropolitana de Salvador (agregados para construção civil) e Campo Formoso (cromita/gemas), cujos municípios responderam por 71,3% da comercialização total de bens minerais da Bahia.

A arrecadação nacional de CFEM decresceu 28,3% em 2014 devido principalmente a queda do preço do minério de ferro no mercado internacional, ocasionando redução de R\$ 794 milhões no valor desse tributo

destinado aos estados de Minas Gerais e Pará, os dois maiores produtores desse mineral no Brasil. Na Bahia, cuja produção de ferro em 2014 foi bem modesta, comparativamente a Minas Gerais e Pará, a queda de arrecadação da CFEM foi menos acentuada, registrando um decréscimo de 8,6%, para um total de R\$ 43,4 milhões no ano.

Gráfico 07
Bahia 2014 – Principais Mineradores

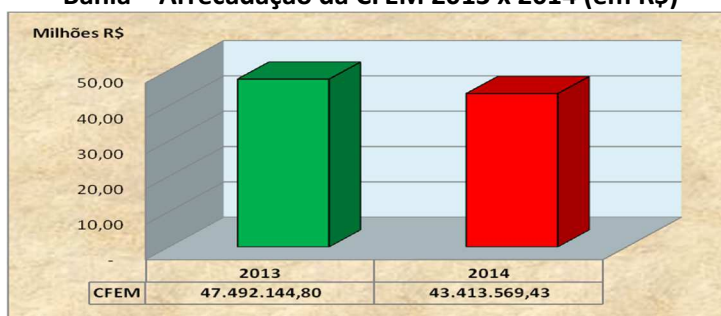


Fonte: DNPM - Dados preliminares sujeitos à modificação. Elaboração: SDE

A Bahia encerra 2014 mantendo-se na 5ª posição entre os maiores arrecadadores de CFEM do país, ficando atrás de Minas Gerais, Pará, Goiás e São Paulo. O estado continuou participando com 1,7% do total da arrecadação do Brasil e em termos regionais ocupou o 1º lugar entre os maiores arrecadadores da região Nordeste, seguido por Sergipe e Maranhão.

Ao longo do ano a arrecadação de CFEM foi destaque para Jaguarari (cobre), Itagibá (níquel) e Andorinha (cromita). Entre as substâncias o cobre lidera o ranking em termos de valor de CFEM arrecadado, seguido pelo níquel, agregados para construção civil, ouro e rochas ornamentais conforme gráfico seguinte.

Gráfico 08
Bahia – Arrecadação da CFEM 2013 x 2014 (em R\$)



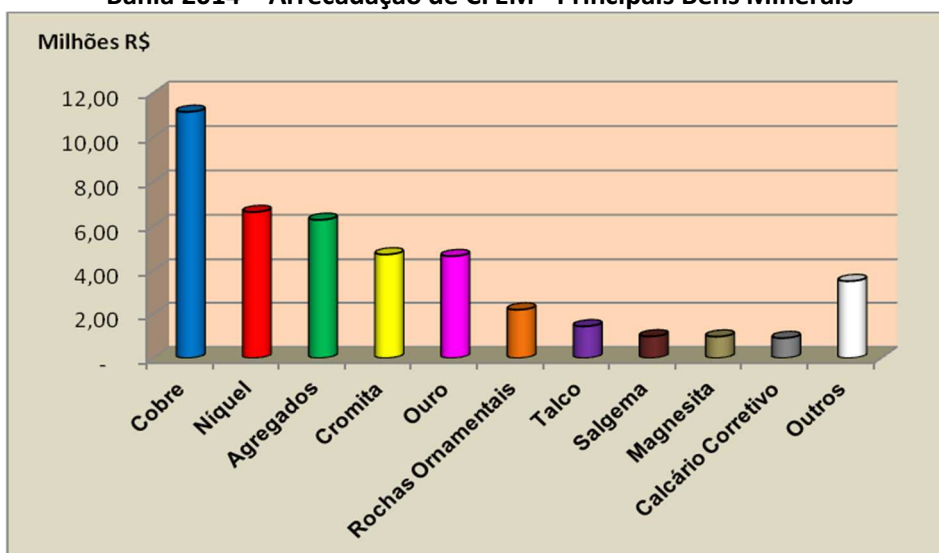
Fonte: DNPM – dados preliminares sujeitos à modificação Elaboração: SDE

Comércio Exterior de Bens Minerais

Em 2014, o corredor de comércio exterior apresentou o resultado de US\$ 1,47 bilhão, sendo 6,53% menor que em 2013. As exportações somaram US\$ 410,6 milhões, enquanto que as importações US\$1,036 bilhão, registrando um déficit de US\$ 625,7 milhões.

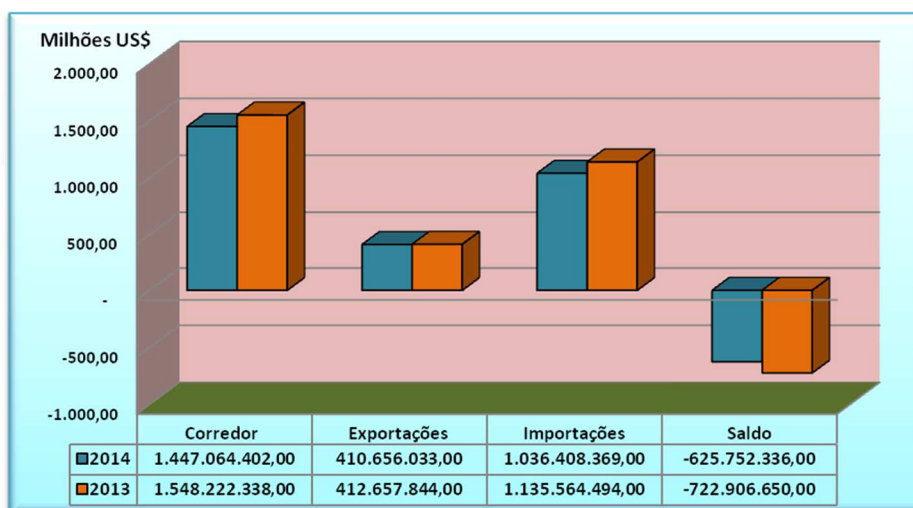
No acumulado do ano, as exportações apresentaram queda de apenas 0,5% em relação a 2013, fechando em US\$ 410,6 milhões. Ressalte-se que, este resultado é creditado à queda dos preços das commodities minerais comercializadas pelo estado, haja vista que as quantidades dos minerais exportados cresceram significativamente.

Gráfico 09
Bahia 2014 – Arrecadação de CFEM - Principais Bens Minerais



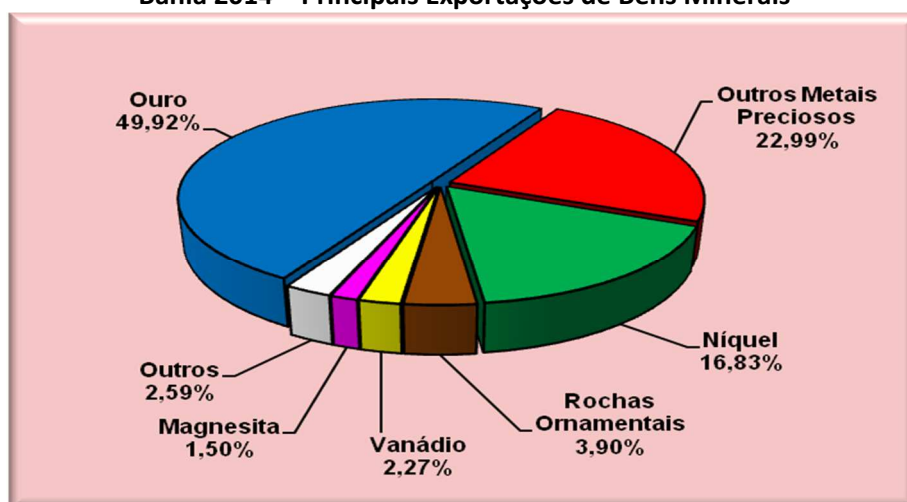
Fonte: DNPM – dados preliminares sujeitos à modificação Elaboração: SDE

Gráfico 11
Bahia 2014 – Corredor de Comércio Exterior de Bens Minerais



As exportações estiveram pautadas na comercialização de ouro (Canadá, Suíça, Emirados Árabes Unidos, Hong Kong, Estados Unidos e Reino Unido), outros resíduos de metais preciosos (Coréia do Sul, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica e China), níquel (Finlândia), rochas ornamentais (Itália, França, Índia, Bélgica, Moçambique, Holanda, Japão, Estados Unidos, Alemanha, Hong Kong, Emirados Árabes Unidos e Taiwan), vanádio (Canadá, Holanda, Coréia do Sul e Suíça), magnesita (Estados Unidos, Argentina, Colômbia, Uruguai, Costa Rica, Chile, Peru, Equador, Guatemala, Holanda, África do Sul, Alemanha, Canadá) e outros bens minerais.

Gráfico 12
Bahia 2014 – Principais Exportações de Bens Minerais



Fonte: MDIC/SECEX- ALICE

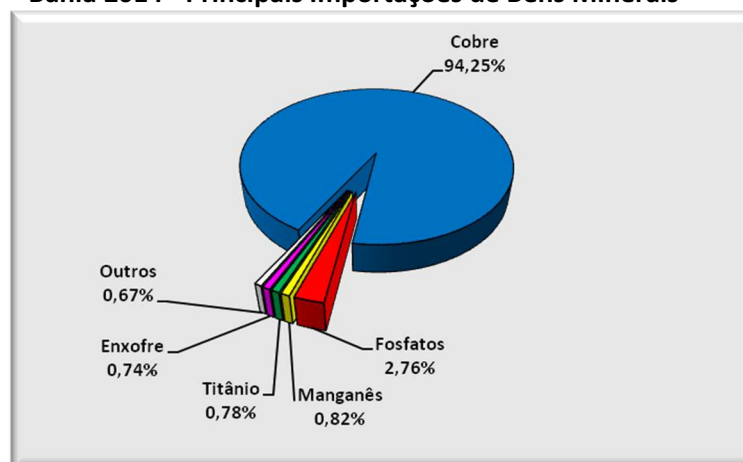
Elaboração: SDE

Importações

Em 2014 as importações de bens minerais pelo estado atingiram US\$ 1,036 bilhão, queda de 8,73% se comparado a 2013, resultado ocasionado pela menor aquisição de minério de cobre. Foram importadas 25 substâncias minerais de 31 países, sendo que a principal foi o concentrado de cobre vindo do Chile, Peru, Canadá e Portugal.

Outros bens minerais contribuíram para este resultado, a exemplo dos fosfatos (comprados do Peru, Marrocos, Argélia e Senegal), manganês oriundo da África do Sul, o titânio da Noruega e África do Sul, além do enxofre da Rússia, Antilhas Holandesas, Canadá, Índia, Alemanha, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos e Cazaquistão.

Gráfico 13
Bahia 2014 - Principais Importações de Bens Minerais



Fonte: MDIC/SECEX- ALICE

Elaboração: SDE

Locais de Embarque e Desembarque do Comércio Exterior Baiano

As exportações e importações de bens minerais do estado tiveram o seu escoamento por meio de diversos pontos do país. Essa movimentação concentrou-se sempre em determinados locais, principalmente em razão das negociações entre as diversas empresas e cada ponto de embarque, quanto aos valores de suas tarifas.

Locais de embarque das exportações

No ano, as exportações foram embarcadas em 13 diferentes pontos, com a comercialização de 25 substâncias minerais e seus concentrados. O Aeroporto de Guarulhos é o principal ponto de embarque dos minerais baianos em valores (ouro e pedras preciosas, além de talco e paládio)¹. A seguir aparece o Porto de Ilhéus com o embarque do concentrado de níquel e magnesita. Em terceiro, figura o Porto de Salvador com exportações de vanádio, talco, cromita, magnesita, outros metais preciosos, quartzo, rochas ornamentais, grafita e manganês.

Por sua vez, o Porto de Ilhéus respondeu pela maior participação no volume de carga (38,46%) com remessas de concentrado de níquel. Em segundo lugar figurou o Porto de Salvador (36,30%) principalmente de quartzo, magnesita, vanádio, cromita e rochas ornamentais e na sequência o Porto de Vitória (18,86%) com as rochas ornamentais.

Locais de desembarque das importações

Em 2014 verificaram-se importações de 25 substâncias, cujas entradas ocorreram em 13 pontos de

¹ Apenas o aeroporto de Guarulhos está credenciado pela Receita Federal para efetivar exportações de gemas e ouro.

desembarque, com destaque para o Porto de Aratu que recebeu mais de 90% em valor e volume das importações, representado pelas importações de concentrado de cobre, fosfatos e cimentos, seguido pelo Porto de Salvador, com rochas ornamentais, titânio, caulim, gipsita, cimentos, enxofre, areias, argilas, boratos, britas, talco, cromita, manganês, prata e platina.

b. Petróleo e Gás

O mercado de petróleo e gás sofreu profundas alterações ao longo do ano de 2014, por conta da maior volatilidade dos preços e da corrida pelo gás de xisto pelos Estados Unidos. A volatilidade pode ser explicada pelo contexto de baixa elasticidade de oferta e demanda, às questões que envolveram a geopolítica do petróleo e ainda à difusão pelos Estados Unidos da tecnologia para exploração de óleo e gás não convencionais.

Segundo o estudo “Oil Market Report” da IEA (International Energy Agency) dos Estados Unidos, lançado em janeiro de 2015, a demanda mundial passou de 91,8 milhões de barris por dia (mb/dia) para 92,4 mb/dia em 2014, discreto crescimento que poderá ser superado em 2015, com a expectativa de 93,3 mb/dia de consumo. Entretanto, no ano de 2014 observou-se um crescimento de 0,7 % em relação a 2013, o que equivaleu a um volume de 0,6 mb/dia, esperando-se em 2015 um crescimento de 1,0% da demanda ou algo em torno de 0,9 mb/dia. O cenário de baixos preços pode ter influenciado fortemente essas estimativas, uma vez que comparado ao relatório anterior da IEA, a estimativa de demanda global de petróleo para 2015 sofreu uma redução de 0,01 mb/dia. Esse contexto poderá vir a implicar na necessidade de vultosos investimentos pelo Brasil para continuar seu protagonismo no setor.

A Bahia ocupa a 5ª posição no ranking nacional entre os estados produtores de petróleo e de acordo com os indicadores acumulados de jan-dez/2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, a produção baiana de petróleo alcançou aproximadamente 16 milhões de barris, apresentando recuo de 1,07%, enquanto que a produção de gás natural atingiu 3 bilhões de m³ com recuo de 2,4%.

O processamento de petróleo e gás é realizado na Refinaria Landolfo Alves - RLAM, segunda maior refinaria do país em amplitude instalada e complexidade, localizada no município de São Francisco do Conde, com capacidade para processar 31 tipos de produtos. Os principais produtos processados na RLAM são a gasolina A, GLP, nafta, óleo combustível, óleo diesel, gás combustível e o gás natural disponível para a distribuição, cujas produções e variações ocorridas são apresentadas nas tabelas 3, 4, 5.

Tabela 2
Bahia – Produção de petróleo e gás natural (2013 X 2014)

PETRÓLEO (BARRIL)						Comparativo 2014 x 2013 (%)
PERÍODO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	
2014	4.009.632	4.004.188	3.999.538	3.999.538	15.987.376	-1,07
2013	3.965.078	4.079.375	4.117.286	4.117.286	16.161.147	
GÁS NATURAL (MIL M³)						Comparativo 2014 x 2013 (%)
PERÍODO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	
2014	776.934	763.006	770.860	785.874	3.096.674	-2,4
2013	856.942	709.129	810.142	796.719	3.172.932	

Fonte: ANP

Elaboração: SDE

Tabela 3
Bahia – Processamento de petróleo e gás natural (2013 X 2014)

PETRÓLEO E GÁS PROCESSADO(BARRIL)						Comparativo 2014 x 2013 (%)
PERÍODO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	
2014	27.604.189	27.231.755	28.744.170	28.651.956	112.232.070	3,42
2013	25.373.071	27.076.195	28.330.314	27.736.844	108.516.424	

Fonte: ANP

Elaboração: SDE

Tabela 4
Bahia – Produção de gasolina A, GLP e nafta (2013 X 2014)

GASOLINA A (BARRIL)						Comparativo 2014 x 2013 (%)
PERÍODO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	
2014	4.867.033	5.429.268	6.289.470	5.114.475	21.700.246	4,16
2013	4.405.499	5.672.357	5.761.131	4.993.892	20.832.879	
GLP (BARRIL)						Comparativo 2014 x 2013 (%)
PERÍODO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	
2014	1.714.393	1.783.253	1.912.466	1.780.523	7.190.635	3,93
2013	1.879.299	1.749.879	1.812.466	1.476.761	6.918.405	
NAFTA (BARRIL)						Comparativo 2014 x 2013 (%)
PERÍODO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	
2014	2.489.628	1.872.398	1.306.618	1.762.585	7.431.229	-13,7
2013	2.365.044	1.998.071	1.885.710	2.362.278	8.611.103	

Fonte: ANP

Elaboração: SDE

Tabela 5
Bahia – Gás disponível para distribuição 2014

GÁS DISPONÍVEL (MIL M³)						
PERÍODO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	Comparativo 2014 x 2013 (%)
2014	80.977	80.709	79.286	82.728	323.700	
2013	86.672	89.070	90.929	85.198	351.870	

Fonte: ANP

Elaboração: SDE Royalties

Tabela 6
Bahia – Produção de gás combustível, óleo combustível e diesel (2013x2014)

GÁS COMBUSTÍVEL (MIL M³)						
PERÍODO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	Comparativo 2014 x 2013 (%)
2014	80.977	80.709	79.286	82.728	323.700	
2013	86.672	89.070	90.929	85.198	351.870	-8,01
ÓLEO COMBUSTÍVEL (BARRIL)						
PERÍODO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	Comparativo 2014 x 2013 (%)
2014	7.927.884	8.114.867	8.175.007	8.259.002	32.476.761	
2013	7.566.056	7.701.238	8.228.006	8.291.936	31.787.236	2,17
ÓLEO DIESEL (BARRIL)						
PERÍODO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	Comparativo 2014 x 2013 (%)
2014	9.109.544	8.592.003	9.368.319	10.183.814	37.253.680	
2013	8.098.002	8.493.795	9.088.309	9.247.284	34.927.390	6,66

Fonte: ANP

Elaboração: SDE

Royalties

No ano a receita de royalties de petróleo e gás da Bahia totalizou R\$ 515,8 milhões, crescendo 8,21% em relação ao mesmo período de 2013. Deste total, R\$ 260,2 milhões foram destinados ao Estado e o equivalente a R\$ 255,6 milhões aos municípios. Em 2014 a arrecadação em royalties de água para a geração de energia foi de R\$ 65,3 milhões, que comparado a igual período de 2013 foi aproximadamente 13% menor. Deste total, R\$ 29,3 milhões foram destinados para o Estado e municípios e R\$ 6,5 milhões à União. Dos royalties arrecadados com a exploração de bens minerais em 2014, foram destinados R\$28,2 milhões aos municípios produtores, R\$ 9,9 milhões para o Estado e R\$ 5,2 milhões à União. Assim, o total de receitas de royalties para a Bahia em 2014 atingiu R\$ 613 milhões, conforme discriminado na tabela 10.

Tabela 7
Bahia – 2014 - Principais municípios com arrecadação de Royalties de Petróleo e Gás

Município	Arrecadação em 2014 (R\$)
São Francisco do Conde	47.257.392,71
Madre de Deus	47.713.995,54
Esplanada	13.930.671,07
Pojuca	14.627.480,71
Candeias	13.686.871,47
São Sebastião do Passé	9.260.515,31
Alagoinhas	8.360.907,13
Entre Rios	7.703.967,63
Araçás	9.356.372,05
Cairu	6.576.098,36
Outros (259 municípios)	77.165.257,88
TOTAL	255.639.529,86

Fonte: ANP

Elaboração: SDE

Tabela 8
Bahia – Royalties de Água para geração de energia

Município	Arrecadação em 2014
Glória	6.632.350,18
Paulo Afonso	5.349.503,80
Sento Sé	5.213.639,63
Casa Nova	3.927.639,06
Remanso	2.681.164,08
Rodelas	1.342.098,89
Pilão Arcado	1.266.854,08
Itapebi	865.144,72
Xique-Xique	315.342,16
Itagimirim	498.317,61
Outros (24 Municípios)	1.304.201,04
Total	29.396.255,25

Fonte: ANEEL

Elaboração: SDE

Tabela 9
Bahia – Destinação dos royalties da CFEM para os Municípios

Município	Arrecadação de CFEM em 2014
Itagibá (níquel)	4.309.555,34
Andorinha (cromita)	2.444.860,52
Jaguarari (cobre)	5.358.417,99
Campo Formoso (cromita)	769.281,01
Brumado (talco/magnesita)	1.581.678,85
Jacobina (ouro)	1.440.343,05
Lagoa Real (agregados)	109.207,07
Barrocas (ouro)	971.800,52
Curaçá (cobre)	1.881.978,05
Salvador (agregados)	840.861,09
Outros	8.510.836,65
Total	28.218.820,13

Fonte: DNPM

Elaboração: SDE

Tabela 10
Bahia - Receita de Royalties para o Estado

Entidade	Royalty	Acumulado 2014 (R\$1,00)
Governo do Estado	Petróleo	260.236.064,22
	Água	29.396.255,25
	CFEM	9.985.120,97
Total		299.617.440,44
Municípios	Petróleo	255.639.529,86
	Água	29.396.255,25
	CFEM	28.218.820,13
Total		313.254.605,24
TOTAL ESTADO DA BAHIA		612.872.045,68

Fonte: ANP/ANEEL/DNPM

Elaboração: SDE

3. OPORTUNIDADES- 2015

O território baiano pela sua extensão e diversidade de bens minerais em produção oferece oportunidades para pesquisa e exploração de bens minerais, cuja oferta no mercado brasileiro ainda é deficitária, destacando-se as rochas fosfatadas e as terras raras, bem como segmentos com potencial para crescimento como as rochas ornamentais e águas envasadas.

a. Rochas fosfatadas

A limitação de água potável e de terras aráveis são os indutores do crescimento do consumo de fertilizantes em todos os países. Os fosfatos obtidos da rocha que contém o elemento Fósforo, são os principais insumos para produção de fertilizantes. A demanda mundial por rocha fosfática cresce a uma taxa de 2,4% a.a., na América Latina essa taxa alcança 4% a.a., segundo estimativas do CRU Group.

O Brasil importa mais de 70% dos fertilizantes que utiliza, sendo o quarto maior consumidor global, mas responde por apenas 2% da produção mundial. Segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), as vendas de fertilizantes cresceram 4,9% em 2014, lastreada pelo crescimento das importações (11%) enquanto a produção nacional caiu 5,2%.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a produção brasileira agrícola vem crescendo e estados como Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia apresentaram incremento no consumo de fertilizantes, nas últimas duas décadas, acima dos demais estados agrícolas brasileiros.

Na Bahia as importações de fosfatos alcançaram US\$ 28,5 milhões em 2014, equivalendo a um crescimento de 16% em relação ao anterior, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC. No estado o consumo de fertilizantes tem crescido a uma taxa média de 10% ao ano e somente no primeiro semestre de 2014 houve um crescimento de 15,6% quando comparado ao primeiro semestre de 2013, conforme dados do Instituto de Economia Agrícola da Universidade de São Paulo (IEA/USP).

Assim, considerando o cenário de demanda crescente por fertilizantes, decorrente do fortalecimento do setor agrícola no país, e conseqüente dependência de importações para suprir o mercado brasileiro o Estado da Bahia tem grande interesse em incentivar pesquisas geológicas em seu território objetivando descobrir novos depósitos e jazidas de rochas fosfatadas para serem incorporadas ao seu portfólio de bens minerais em produção.

b. Terras raras

O mercado de terras raras é liderado pela China, que produz aproximadamente 90% do volume comercializado no mundo. A participação chinesa foi obtida através de uma política agressiva de subsídios estatais à pesquisa tecnológica e à extração desde a década de 1980. Os preços de venda eram muito baixos, o que favoreceu a importação desses elementos químicos por outros países, em detrimento da produção em seus territórios, caracterizando um clássico exemplo de dumping, que ocasionou fechamento de minas locais.

Esse contexto modificou-se a partir do ano de 2010, quando o governo chinês restringiu as exportações de terras raras, impondo cotas e elevando impostos, com o objetivo de fortalecer a indústria local e aumentar suas exportações de bens com maior valor agregado, contendo terras raras processadas. A demanda em alta e a oferta em baixa elevaram os preços desse bem mineral, criando condições para diversos países favorecerem a pesquisa e exploração dos depósitos nacionais.

Por conta dessa nova realidade internacional, os Estados Unidos reativaram minas que estavam paralisadas a mais de dez anos, a Austrália dobrou sua produção e o Japão estimulou a indústria automobilística a reciclar os elementos de terras raras contidos em sucatas de veículos.

No Brasil a dificuldade para obter terras raras chegou a ameaçar alguns segmentos da indústria nacional, levando o Governo Federal a considerar esse bem como mineral estratégico, ao incluí-lo no Plano Nacional de Mineração 2030, criando condições para que o Ministério de Minas e Energia e o Ministério de Ciência e Tecnologia desenvolvessem ações, visando a prospecção e exploração das terras raras no território nacional.

A extração de terras raras no país vem sendo feita de forma experimental. A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) que explora depósitos de nióbio localizados em Araxá (MG), passou a fazer a separação de quatro elementos considerados terras raras: cério, lantânio, neodímio e praseodímio, que ocorrem associados ao nióbio. Outro segmento pouco explorado de terras raras brasileiras são as areias monazíticas presentes no litoral desde o Rio de Janeiro até Fortaleza, com depósitos na região sul da Bahia.

c. Água mineral

Segundo os dados apurados dos Relatórios Anuais de Lavra - RAL, do DNPM, houve um crescimento de 4,3% na produção de água envasada em 2013. Estimativas da Consultoria BMC informam uma produção de 7,17 bilhões de litros, o equivalente a 40% do consumo do país. Os estados que mais se destacaram na produção de água envasada foram São Paulo com 19%, Pernambuco com 14%, Bahia com 8%, Rio de Janeiro com 7%, Ceará com 6% e Minas Gerais e Rio Grande do Sul com 5%.

Apenas oito grandes grupos e suas marcas responderam por mais de 30% da água mineral envasada declarada no país. Na Bahia destacam-se a Dias d'Ávila e a Mineração Canaã no segmento de envasamento para consumo *in natura* e a Brasil Kirin no segmento de fabricação de bebidas, como cervejas e refrigerantes.

Ressalta-se que, a expansão do segmento é relevante para a Bahia, tendo em vista que o estado é o terceiro maior produtor nacional, com grande potencial de crescimento, devido à disponibilidade de aquíferos com água de boa qualidade e capazes de proporcionar grande vazão.

Segundo informações do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM, a Bahia tem dezoito processos no estágio de concessão de lavra para exploração de água mineral, os quais poderão duplicar a quantidade atual de unidades envasadoras, o que poderá viabilizar a inclusão da água mineral na pauta das exportações baianas.

d. Rochas ornamentais

Pela diversidade em textura e padrões cromáticos as rochas ornamentais extraídas na Bahia tem excelente aceitação nos mercados nacional e internacional, contribuindo para manter a participação de nosso país entre os dez maiores produtores mundiais desse tipo de bem mineral.

A produção comercializada de rochas ornamentais baianas foi da ordem de 220 mil toneladas em 2014, em grande parte representada por blocos em estado bruto destinados a serrarias e unidades de polimento sediadas no Espírito Santo. Esse comportamento reflete-se negativamente no crescimento das exportações da Bahia, porquanto os produtos destinados ao exterior são em sua maioria derivados da matéria prima originalmente extraída no território baiano e beneficiada nas unidades de desdobramento capixabas. Igual situação ocorre no consumo de rochas ornamentais pelo estado da Bahia, onde mais de 90% do material utilizado em suas marmorarias, proveem de outros estados e do exterior.

A Bahia possui grandes jazidas de rochas ornamentais, instalações e *know-how* adequados para lavra desse bem mineral e suprir um número significativo de unidades de beneficiamento, entretanto carece de um parque de transformação mineral primário (serragem de blocos e polimento de chapas), sendo importante frisar que produtos semi-elaborados (chapas) agregam quatro vezes mais valor de comercialização que blocos em estado bruto.

A evolução do mercado baiano vem sendo baseada, ao longo dos anos, quase que exclusivamente, na comercialização interna nacional e exportação de rochas em bruto. A maior parte da produção (aproximadamente 82%) é destinada especialmente ao vizinho estado do Espírito Santo, que é líder nacional

na produção e desdobramento de rochas ornamentais, concentrando 60% da capacidade instalada de beneficiamento de blocos do país, enquanto que a Bahia possui apenas 4,5% dessa capacidade, e desta 85% destina-se ao desdobramento apenas do mármore Bege Bahia.

Segundo projeção realizada pela Kistemann & Dhiodi Assessoria e Projetos, a demanda por rochas ornamentais naturais e artificiais deverá crescer cerca de 35% em termos mundiais, estimando-se seu consumo em aproximadamente dois bilhões de metros quadrados por ano. Levando em conta essa projeção e considerando-se o potencial da Bahia para extração e beneficiamento de rochas ornamentais de excepcional padrão de textura e cores, o estado reúne condições para ampliação de sua produção, verticalização da cadeia produtiva e agregação de valor às suas rochas.

Outro potencial existente na Bahia é representado pela disponibilidade de estoques remanescentes, rejeitos e resíduos de lavras de rochas ornamentais e seu beneficiamento, que podem servir de matéria prima para fabricação de aglomerados e prensados, produtos valorizados pelo mercado da construção civil e decoração.

Para verticalização da cadeia produtiva de rochas ornamentais, o estado dispõe duas áreas privilegiadas para abrigar um pólo graniteiro, situadas em Ilhéus e Vitória da Conquista, regiões Sul e Sudeste do estado, onde se concentram mais de 70% do volume dos granitos baianos produzidos. A distância das pedreiras a esses dois municípios, em média a 300 km, é muito menor que o percurso rodoviário para Vitória e Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, principais centros consumidores das rochas ornamentais baianas. Além disso, esses dois municípios baianos integram o eixo logístico da ferrovia Oeste-Leste e possuem pólos industriais capazes de abrigar unidades de processamento e beneficiamento final, cuja produção poderá ser escoada através do Porto Sul em Ilhéus, município que também conta com uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE, fator de incentivo para atração inclusive de empresas especializadas na fabricação de máquinas, equipamentos e insumos para a atender a cadeia de rochas ornamentais.

e. Cerâmica vermelha e cerâmica branca

Levantamento efetuado pela SDE em 2013, demonstra que mais de 87% das telhas cerâmicas consumidas na Bahia são fabricadas em outros estados, principalmente Ceará, Minas Gerais e Paraíba. Já a demanda por louça sanitária e de mesa é totalmente suprida por produtos fabricados em estados das regiões Sul e Sudeste do país. Esses fatos criam condições para implantação de novas indústrias que objetivem substituir a comercialização de telhas oriundas de outros estados por produtos fabricados na Bahia, haja vista a existência no estado (regiões Sul e Metropolitana de Salvador) de depósitos de argilas e outros insumos minerais de excelente qualidade para essa finalidade, bem como para fabricação local de cerâmica branca. Estes depósitos de argila foram alvo de estudos realizados pela CBPM e suas características, reservas e localização estão disponíveis em publicações editadas por aquela empresa de pesquisa estatal.

4. PERSPECTIVAS – 2015

Segundo o mais recente relatório “World Outlook”, o Banco Mundial prevê um crescimento de 3% na economia global em 2015. No horizonte relevante, há perspectivas de deflação na Europa e no Japão. Por outro lado, a economia americana apresentará gradual recuperação, com uma taxa de crescimento estimada em 3,2% em 2015. O Banco Central estadunidense (FED) poderá elevar as taxas de juros a partir de 2015, o que deverá manter a pressão baixista sobre os preços das commodities nos próximos anos.

Entre os mercados emergentes, Brasil e Rússia continuarão pesando sobre as previsões de crescimento mundial, sobretudo por conta do avanço do déficit nas contas públicas brasileiras e necessidade de ajustes estruturais e devido às tensões entre Ucrânia e Rússia e sanções por parte dos Estados Unidos e Europa para o último. Somado a isso, o relatório considerou que a economia chinesa está desacelerando, a medida que se afasta de um modelo de crescimento baseado em investimento.

Passado o superciclo das commodities, a mineração em nível global, está diante de um momento delicado com a queda dos preços internacionais das principais, mas ainda não se pode dizer que o setor vive uma crise. Nos mercados internacionais, as perspectivas indicam moderação na dinâmica dos preços, bem como a ocorrência de focos de tensão e de volatilidade nos mercados de moedas, enquanto que os investidores permanecem com uma visão pessimista para o mercado de commodities em 2015.

A sugestão dos analistas é de que as mineradoras busquem enfrentar a questão, através da utilização de novas tecnologias, agilidade nos processos, sempre aliado à sustentabilidade ambiental. Para tanto, terão que abrir mão das estratégias tradicionais e necessitarão buscar soluções com inovação e excelência operacional, que serão fundamentais para sobreviver ao contexto de queda nos preços das commodities.

Ao longo do ano de 2014, o setor mineral experimentou as suas menores taxas de fusões e aquisições de empresas, por conta da depressão dos preços das commodities, conforme estudo da Consultoria E&Y (Ernest Young). Os ativos de cobre foram os principais alvos de negociações seguido pelo ferro e ouro. Os valores mais baixos de operações de fusão e aquisição foram para potássio, urânio, prata, chumbo, zinco e níquel. O relatório informa o reaquecimento das negociações a partir de 2015, tendo como tendência escassez de financiamento e a necessidade de fusão com empresas menores.

O Brasil, além do movimento negativo global, conta com alguns agravantes que atravancam o setor, como a restrição logística (de malha ferroviária e portos com capacidade para escoamento da produção) - que é o maior desafio para o desenvolvimento e concretização de projetos de mineração -, o eminente risco de

racionamento de energia, a inflação dos custos de produção e a indefinição sobre o marco regulatório do setor, que gera insegurança aos investidores, fecham o quadro de entraves ao aumento de investimento em mineração no país. Além desses fatores, o Instituto Brasileiro de Mineração— IBRAM credita o grande entrave do Brasil, hoje, à burocracia ambiental. Para o Instituto, falta clareza nos critérios para a autorização dos projetos no país, e a demora para a concessão das licenças fazem com que os aportes demorem a acontecer.

Apesar das incertezas e gargalos, o setor mineral possui perspectivas de melhora considerando-se o mercado interno. A esse exemplo, pode ser citada a necessidade de construção e conservação das estradas e especialmente ferrovias, ampliação da infraestrutura em energia, saneamento, abastecimento de água, habitação e o desenvolvimento da própria indústria de transformação, o que pode viabilizar a expansão do setor nos próximos anos, sem a dependência do mercado externo. O setor de construção civil não é tão sensível à conjuntura de curto prazo, porque as obras são executadas em intervalos de pelo menos cinco anos.

Apesar das perspectivas citadas, segundo projeções do IBRAM os investimentos em mineração no Brasil até 2018 reduziram-se para US\$ 53,6 bilhões, contra projeção anterior de US\$ 75 bilhões, com o segmento produtor de ferro sofrendo os maiores cortes, ratificadas pelas projeções dos analistas internacionais (Morgan Stanley, Citigroup e Roubini Global Economics) de preços entre US\$ 60,00/t e US\$ 79,00 para 2015, criando perspectivas negativas para projetos de mineração de ferro em todo o mundo, exigindo baixos custos de produção para sobrevivência das minas existentes, bem como na viabilização de projetos em fase de pesquisa ou implantação. Esse panorama mundial não favorece a implantação de empreendimentos, que visem explorar depósitos com baixo teor desse metal ou que não desfrutem de economias de escala. Assim, os projetos focados na exploração do minério de ferro da Bahia, a exemplo da Bahmex-Cleveland Mining em Caetité/Paratinga, BR Ferro Mineração em Xique-Xique, Cabral Resources em Livramento de Nossa Senhora/Sento Sé, Colomi Iron em Sento Sé, Oakmonte Mineração em Piatã e a Bahia Mineração em Caetité sofreram redução em seus ritmos de prospecção e implantação, face as projeções negativas dos preços dessa commodity para 2015 e 2016.

Para o mercado do ouro, espera-se uma retomada das negociações a partir de 2015, em que pese a queda de preços verificada em 2014. Segundo o estudo “Global Gold Mining to 2020”, publicado pelo RnR Market Research, haverá um crescimento da produção da ordem de 10,5% para 2015 e 17,6% para 2017, comparativamente ao que foi produzido em 2013. Especialistas lembram que o preço do ouro correlaciona-se negativamente com o dólar americano, sinalizando influências da economia dos Estados Unidos sobre a recuperação das cotações em 2015. A Bahia possui duas minas de ouro em atividade, ambas operadas pela Yamana Gold, em Jacobina e em Barrocas.

O preço do vanádio caiu bastante em 2014, podendo inviabilizar sua produção caso permaneçam por muito tempo abaixo de US\$ 5,00 por libra. Entretanto, o cenário de preços ruins do vanádio pode ser alterado por inovações tecnológicas, que buscam novos usos industriais, o que vem sendo alvo de avançadas pesquisas em todo o mundo.

Para o cobre, espera-se um mercado mais equilibrado em 2015, pelas sinalizações de redução de investimentos em produção do metal refinado. Analistas que acompanham o setor mencionam um preço médio próximo de US\$ 6.300/ton para 2015, o que seria 14% acima do valor atual. Ressalta-se que os preços do cobre estiveram pressionados pela menor demanda chinesa e pela retirada dos estímulos à economia pelo governo norte-americano.

Quanto ao níquel as expectativas são de crescimento de cerca de 20% do preço alcançado em 2014, em razão do déficit no mercado global em 2015. Também são esperadas situações de déficit nos mercados de alumínio e zinco para 2015.

Com o cenário de desaceleração mundial, menor crescimento econômico e perspectivas de deflação na Europa e Japão, a demanda de petróleo e gás deverá continuar em queda e seus preços dependerão do comportamento da oferta e da demanda, devendo experimentar elevações e reduções em função de alterações nos fundamentos de mercado.

O desempenho do setor de petróleo em escala mundial deverá causar importantes mudanças no setor do Brasil, porque uma maior volatilidade dos preços poderá causar redução nos investimentos no país. Com a necessidade de investimentos de US\$ 50 bilhões/ano, segundo números da Petrobras para o Pré-Sal, a manutenção do cenário exposto solicitará a revisão da capacidade de atração de investimentos do país e de aumento da competitividade da indústria nacional, sobretudo no que diz respeito a questões tributárias, marcos regulatórios e de política de preços adotadas no país.

Ressalta-se que, segundo a Petrobras, a exploração das reservas do Pré-Sal pode tornar-se inviável com a continuidade da queda dos preços internacionais do petróleo no longo prazo. Os custos de extração foram estimados entre US\$ 45 e US\$ 50 pela Petrobras, enquanto o barril de petróleo esteve cotado em US\$ 53,26 no último dia do mês de dezembro de 2014, na Bolsa de Nova Iorque.

Fortemente dependente da indústria brasileira o setor de petróleo e gás na Bahia espera que haja uma ampliação da produção no Recôncavo e a realização de leilões dos campos de até 1.000 barris/dia da Petrobras com participação máxima de 49% para empresas e consórcios, além da elaboração de política de incentivo para bacias terrestres e maduras.